



**AS MODIFICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS OCORRIDAS NAS ÚLTIMAS  
DÉCADAS E SUA INTER-RELAÇÃO COM A CIDADANIA FRENTE AS  
PROBLEMÁTICAS DA DESIGUALDADE SOCIAL**

**THE SOCIOECONOMIC MODIFICATIONS OCCURRED IN THE LAST  
DECADES AND ITS INTER-RELATIONSHIP WITH CITIZENSHIP WITH THE  
PROBLEMS OF SOCIAL INEQUALITY**

**Andressa Corrêa Bernardon**

**Isabel Graciele Padoin**

**Luciana Gomes de Lima Jacques**

**Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RG)**

**RESUMO**

O presente artigo irá abordar questões referentes às transformações desenvolvidas na sociedade ligadas especialmente à ideologia neoliberal e a globalização. Visa explicar em que consistem esses dois processos e de que forma alteraram a condução da economia e da vida em sociedade. Nesse sentido, serão elucidadas as modificações societárias ocorridas pautando-se na dinâmica das desigualdades sociais produzidas pela ofensiva do Modo de Produção Capitalista, que tende a enfraquecer sobremaneira a construção de política sociais, interferindo diretamente nas condições de cidadania das classes subalternas.

**Palavras-Chave:** Neoliberalismo. Globalização. Desigualdade Social e Cidadania.

**ABSTRACT**

This article will address issues related to the transformations developed in society related especially to neoliberal ideology and globalization. It aims to explain what these two processes consist of and how they have changed the conduct of the economy and of life in society. In this sense, it will be elucidated the societal changes occurring based on the dynamics of the social inequalities produced by the offensive of the Capitalist Mode of Production, which tends to weaken the construction of social policies, directly interfering in the citizenship condition of the subaltern classes

**Keywords:** Neoliberalism, Globalization, Social Inequality and Citizenship.



## **1 INTRODUÇÃO**

A globalização pode ser entendida como um processo contemporâneo em desenvolvimento que abarca os mais variados campos da vida, isto é, abrange as esferas econômica, política, social e cultural, religiosa de toda a população mundial, sentido, um fenômeno dinâmico e inacabado que traz mudanças e a ruptura de conceitos, ideias e paradigmas.

A globalização econômica pode ser vista assim, como uma nova fase capitalista ligada ao declínio do Estado-Nação e ao fortalecimento de centros decisórios dispersos em órgãos multilaterais, empresas e conglomerados transnacionais. Nesse contexto, o aspecto fundamental é a reprodução constante do capital em escala global, medida preconizada pelo neoliberalismo. Para tanto, entende-se que ao se falar em globalização fala-se de neoliberalismo, sendo importante abordar as consequências causadas por esses processos, como: o aumento massivo das desigualdades sociais e a redução das condições de cidadania.

A qual torna-se um desafio constante de intervenções que se pautam na ampliação da cidadania e das mais diversas expressões da questão social que influencia na vida singular e coletiva dos sujeitos, deixando-os mais vulneráveis, devido os retrocessos dos direitos, enfraquecendo –os enquanto sujeitos coletivos, o Estado passa a pautar-se por políticas públicas fragmentadas, paliativas que não atende as necessidades básicas da população, e ressalta-se a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil, onde a benesse ganha espaço em lugar do direito.

Assim optamos por realizar uma revisão bibliográfica, embasada pelo método dialético e assim ocasionar a discussão da sociedade neoliberal de capitalismo maduro e sua influência nas mais diversas esferas da vida singular e coletiva da sociedade Brasileira.

## **2 PANORAMA NEOLIBERAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA E SUA INFLUÊNCIA NAS DIVERSAS INSTANCIAS NA VIDA DOS INDIVÍDUOS.**

O neoliberalismo é uma doutrina político-econômica que surge no período final da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de criticar o chamado Estado de Bem-Estar Social que se formava na Europa. Apesar de ter surgido no final da década de 40, é em meados da



década de 70 que essa doutrina passa a ganhar importância, devido ao enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social. Surge de tal modo, a chamada Revolução Tecnocientífica (ou III Revolução Industrial), a qual contrapõe-se ao modelo capitalista Fordista- Keynesiano<sup>1</sup>.

Essa nova perspectiva gera inúmeras mudanças, inicialmente, defendendo a ideia de que as indústrias pesadas deveriam ser transferidas para os países periféricos. Preconiza também a aplicação de amplos investimentos para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de aproveitamento industrial imediata nos países desenvolvidos, busca modificar as relações trabalhistas, enfraquecer o movimento sindical, bem como manter a vanguarda tecnológica sobre os países subdesenvolvidos (CASTEL, 1998).

Na visão de Vizontini (1996) essas transformações atingem o mundo provocando a hegemonia capitalista sobre todas as esferas, logo, o sistema capitalista torna-se global derivando na exportação do modo de vida ocidental para o globo. Nesse contexto, as distâncias geográficas tornam-se cada vez menores devido ao avanço das telecomunicações e do transporte, a cultura, ao mesmo tempo, forma-se internacionalmente e o consenso torna-se homogêneo, dado as inovações das propagandas e a abertura dos mercados.

Diante de tudo isso cabe lembrar o papel do Estado Nacional, o qual passa por modificações, uma vez que encontrasse subordinado ao interesse do capital, o qual lhe impossibilita um desenvolvimento autônomo, Ianni (1996), já que seus projetos econômicos, sociais, culturais e políticos estão subordinados a doutrina político-econômica em voga no mundo.

Nesse sentido, o poder de decisão do âmbito econômico migra dos estados nacionais para os grandes grupos transnacionais, circulando assim, no mercado global especulativo-financeiro, dessa maneira, o Estado-nação vai perdendo o controle econômico de suas fronteiras, tornando-se cada vez mais subordinado as políticas neoliberais que passaram a gerir o mercado, o poder político, os conceitos de público e privado, bem como a própria ordenação da sociedade e a cisão do mundo (SADER E GENTILLI, 1996).

A minimização do Estado e sua saída da economia vem acompanhada de privatizações estratégicas e desregulamentação de áreas não pertencentes ao poder público. O que há de fato é a supremacia gerencial do setor privado e das leis de mercado no que

---

<sup>1</sup> O Fordismo entrou em declínio com o surgimento de um novo sistema de produção mais eficiente. O Toyotismo/ acumulação flexível, surgido no Japão, seguia um sistema enxuto de produção, aumentando a produção, reduzindo custos e garantindo melhor qualidade e eficiência no sistema produtivo. Este processo aumenta a competição intercapitalista, busca a flexibilidade no processo de trabalho, o que contribui para a desregulamentação dos direitos do trabalho, informalização da contratação de trabalhadores (IAMAMOTO, 2003).



concerne ao poder de distribuição das instituições públicas, o quem fragilizando a vida cotidiana na população, é uma globalização com ua proposta para o desenvolvimento econômico em detrimento ao social, e ao coletivo.

A globalização, portanto, expande de forma exacerbada o mercado financeiro, baseando-se na desregulamentação, desestatização e desuniversalização, características essas que contribuem para o fortalecimento do neoliberalismo. Este transformou-se em um movimento de escala global que impõe a todas as nações sua doutrina, sendo praticamente impossível os Estados resistirem, uma vez que sua resistência geraria sua exclusão do mercado mundial, dos recursos e créditos do sistema monetário internacional, o que é inviável e que prejudica os países em desenvolvimento.

Este exemplo se enquadra muito bem no contexto do Estado brasileiro, o qual há décadas se apoia no capital estrangeiro para construir e executar os seus projetos de desenvolvimento. Tal dependência se configurou na pressão dos órgãos multilaterais e dos grupos transnacionais para a abertura da economia brasileira, o que ocorreu de forma abrupta ocasionando a desarticulação de diversos setores despreparados para a competição internacional.

Dessa forma, o Estado brasileiro “diminuiu” sua intervenção na economia, atendendo, especialmente, os interesses dos grupos privados nacionais e transnacionais. Por conseguinte, as políticas sociais reduziram-se amplamente, deixando, assim, para o mercado a tarefa de minimizar as desigualdades brasileiras. Logo, os modelos de proteção social foram postos em xeque pelas atuais mudanças no mercado de trabalho e as conquistas sociais brasileiras, muitas advindas da Constituição de 1988, foram demolidas pela onda neoliberal de alcance global (TELLES, apud FLEURY, 2006).

Pontua-se que a introdução da lógica da diminuição do Estado e do movimento de ampliação da sociedade no trato da questão social, estaria ligada, para alguns teóricos liberais, à ideia de emancipação do cidadão da tutela estatal, de descentralização do poder, da redução dos gastos sociais exorbitantes, onde a diluição das fronteiras entre público e privado auxiliaria de forma efetiva na substituição do Estado de bem estar, por uma sociedade de bem estar.

Todavia, salienta-se que isso contraria substancialmente a Constituição Brasileira “Cidadã” de 1988 (BENEVIDES, 1991), que preconiza a universalização dos direitos sociais. Visualiza-se, assim, que a ideia de “enxugamento” do Estado, é na verdade, uma



forma de empurrar os problemas para a sociedade civil, desresponsabilizando o Estado do seu dever de gerir, financiar e executar as políticas sociais (PEREIRA, 2001).

Tal onda visa meramente o lucro, produzindo um crescente índice de desemprego, o enfraquecimento da competitividade empresarial nacional e o aumento da economia informal. Para tanto, as desigualdades persistem e as políticas sociais encontram-se fragmentadas, restritivas e meramente paliativas.

É nesse cenário de liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais e de (contra)reforma do Estado, (...) que as políticas sociais assumirão uma nova feição, compatível com as estratégias atuais de acumulação, sob o novo comando financeiro. Assim, uma outra condicionalidade é imposta para os Estados Nacionais: a de que não aumentem o gasto público para não produzir déficit fiscal e para gerar superávit primário, em outras palavras, redução dos gastos públicos com políticas e serviços sociais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 208).

Nesse sentido, o Estado é “incapaz” de responder as crescentes demandas sociais, sendo que a favelização e a carência nos serviços básicos colocam os países, em desenvolvimento, em uma situação bastante delicada e dramática. Conseqüentemente, a concentração de renda agrava o grau de desigualdade entre indivíduos e países, sendo que as necessidades básicas como, por exemplo, saúde, educação, habitação, não são satisfeitas de forma adequada (PEREIRA, 2001)

Tais desigualdades acabam por prejudicar o funcionamento da democracia, na medida em que ocasionam fraturas sociais como xenofobia, criminalidade, desagregação e desencanto. Percebe-se, assim, que o neoliberalismo ortodoxo gera uma redução da democracia e da própria cidadania, pois como elucidado anteriormente mostra-se indiferente as demandas sociais atreladas às classes subalternas (MEDEIROS, 2005). Para Borón *“quando os pobres se transformam em indigentes e os ricos em magnatas, sucumbem a liberdade e a democracia, e a própria condição de cidadão verdadeiro fundamento sobre o qual se apoia a democracia – se deteriora irreparavelmente”* (BORÓN, apud SADER; GENTILLI, 1996, P.71).

A fragmentação social e política gerada pela fraqueza externa do Estado impossibilita o governo de promover, de forma harmônica, o desenvolvimento do Brasil, o qual depende fundamentalmente, do mercado internacional, que influencia diretamente em questões referentes ao emprego, distribuição de renda e atendimento das demandas sociais, as quais, se não tratadas adequadamente, geram a ampliação das desigualdades, o que



contribui para o aumento da pobreza, da miséria, da exclusão social, bem como para a redução da cidadania.

Vê-se, nessa perspectiva, que as transformações estruturais causadas pelo capitalismo podem acarretar no empobrecimento e exclusão de segmentos grandiosos da população, pois com a economia informacional e global todos os níveis da sociedade e instituições são influenciados diretamente pelo capital. Geralmente, este apropria-se dos territórios transformando-os em sua base de operações, provocando, assim, um processo de alienação política e uma destituição dos direitos básicos de cidadania. Segundo Iamamoto:

(...) no caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se, mantendo de um lado, a dominação imperialista e, de outro a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder. O Estado é capturado historicamente pelo bloco do poder (...) onde as classes dominantes se antecipam às pressões populares, realizando mudanças para preservar a ordem (IAMAMOTO, apud BOSCHETTI, 2009, p. 32).

Destarte, a desigualdade social vitima cotidianamente milhares de pessoas pobres, Sonia Rocha (2003), afirma que, entre a população de pobres, a maioria são indivíduos de cor preta e parda, que geralmente, possuem uma baixa escolaridade, apresentando também uma taxa considerável de analfabetos. Além disso, o número de mulheres e crianças em situação de pobreza é bem elevado. Destaca-se que os jovens pobres começam a trabalhar bastante cedo, o que, de certa forma, prejudica a sua escolaridade, por conseguinte, encontram-se inseridos em condições de trabalho precárias, associadas a atividades irregulares de baixa produtividade e rendimento, e, muitas vezes, fora da luta por direitos sociais.

Desse modo, a situação de pobreza, que aumenta drasticamente com a política neoliberal, é caracterizada por inúmeras carências, as quais não se remetem apenas ao plano econômico, mas englobam âmbitos como poder, participação social, bem-estar e justiça. Para tanto, a falta de mobilidade socioeconômica ou a existência de barreiras à mudança de posição de um indivíduo ou grupo na estrutura social contribui para o aumento da desigualdade, bem como para a criação de um desenvolvimento baseado na exclusão, que relega a segundo plano as questões de cidadania e democracia.



### 3 O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO CENÁRIO NEOLIBERAL

Quando se fala em desenvolvimento, é necessário lembrar que no Brasil a maioria das vezes, beneficiado os não pobres, visto que está pautado em um processo de “modernização conservadora”, onde não ocorre a incorporação de grandes parcelas da população aos setores modernos da economia, da sociedade e do sistema político. De fato, a sociedade brasileira apresenta profundas contradições já que a priori todos os cidadãos possuem direitos iguais, no entanto, determinados segmentos sociais não conseguem usufruir desses direitos sendo excluídos de muitos serviços que são prestados pelo governo ao povo.

Destaca-se que no Brasil, a pobreza não sofre reduções significativas quando ocorre um aumento do crescimento econômico, pois a principal barreira na superação da pobreza não é a falta de recursos, mas a sua distribuição extremamente desigual. Assim, uma distribuição menos desigual da renda poderia afetar de maneira positiva a mobilidade econômica.

Nesse sentido, segundo Henriques (apud GACITÚA-MÁRIO; WOOLCOCK, 2005) “o Brasil não é um país pobre, mas desigual, com uma grande população pobre”. A pobreza dificulta de forma drástica a vida dos indivíduos, uma vez que aqueles que se encontram aprisionados nesta condição enfrentam obstáculos para a mobilidade no interior da estrutura social.

Um fato importante que deve ser elucubrado, é que grande parcela da população sustenta a visão de que a redução da desigualdade, da pobreza e da exclusão está intrinsecamente ligada à ação do Estado, sendo que poucos acreditam que seja de sua responsabilidade fazer alguma coisa que venha a minimizar tal situação. Porém, certos indivíduos partem do pressuposto de que a persistência das desigualdades pode ser atribuída à falta de união da população, a qual não junta forças para combatê-las.

Nesse sentido, parte da população brasileira vê de forma positiva as ações coletivas que têm um importante papel na redução das desigualdades, embora não tenham a percepção de que são individualmente autores relevantes nesse processo. Logo, o fato de criar parcerias entre a esfera pública e a sociedade civil seria fundamental para modificar a visão predominante de que o Estado é o único agente responsável pela diminuição da pobreza, da desigualdade e da exclusão, através das políticas públicas sociais. Por



consequente, a constituição das políticas sociais é um processo complicado, onde são feitas escolhas sucessivas, que geralmente, envolvem confrontos, atritos, coalizões, pressões e contrapressões (IAMAMOTO, 2003).

Pode-se dizer que é um amplo jogo de forças que contempla os mais diferentes segmentos sociais, sejam esses os estamentos tecnoburocráticos do Estado, os partidos políticos, o Congresso, a presidência, os sindicatos, os movimentos sociais, os especialistas, as corporações, etc. É esse processo intenso e conturbado que define como será a política social, que prioridades irá eleger, e que tipo de relação será estabelecida com a política econômica, que tipo de programas serão criados e qual será o seu alcance. Cabe aqui salientar que políticas sociais que possuem caráter redistributivo, ou seja, envolvem a transferência de benefícios ou recursos de um grupo para o outro, são de longe as mais conflituosas, na medida em que envolvem custos significativos (ABRANCHES, 1987, apud IAMAMOTO, 2003).

Destaca-se que tais políticas, de fato, deveriam necessariamente estar protegidas contra os interesses e as intervenções do mercado, necessitam estar pautadas em princípios de justiça social, equidade, consistentes e coerentes, não podendo, portanto, se submeter a mecanismos de preços ou critérios mercadológicos. Se isso vier a acontecer, a política social, enquanto ação pública, fica comprometida, privatiza-se, e perde a sua essência que é a de se colocar como ação de transferência unilateral de recursos e valores aos segmentos mais necessitados da população, buscando melhorar seu bem-estar sem causar dependências. Desse modo, é o compromisso impresso na ação do Estado que irá assinalar se a política social representa apenas um reflexo e legitimação do status quo ou se é efetivamente um instrumento de mudança social (IAMAMOTO, 2003).

Tem-se, dessa forma, um cenário, onde muitas vezes, essas políticas não sanam as necessidades essenciais dos sujeitos, que acabam necessitando recorrer à ajuda das organizações não-governamentais (ONGs). Isso pode, de certo modo, reduzir a intervenção do Estado nas questões da desigualdade e da pobreza, pois este prefere transferir para a sociedade a responsabilidade de lidar com os problemas originados pela disfunção do sistema.

Isso tudo reforça a ideia de que apesar das problemáticas serem um produto do sistema mal organizado, a culpa pelo fracasso dos sujeitos é atribuída aos próprios indivíduos, os quais não foram suficientemente capazes de administrar suas vidas. Estes





devem estar “aptos” para lidar com seus múltiplos desejos, com os sentimentos de mudança e incerteza da sociedade atual.

Para tanto, para o modo de produção capitalista são os únicos responsáveis por escrever suas histórias e moldar os seus destinos fazendo com que cada ato de sociabilidade seja uma negociação com o outro e consigo mesmo. Devem, dessa maneira, assumir a culpa diante de seus fracassos e problemas. Nesse sentido, tornam-se ocupados demais com a estruturação de suas vidas, sobrando pouco ou nenhum tempo para se preocuparem com as questões de caráter coletivo (IAMAMOTO, 2003).

Sendo assim, possuem uma qualidade questionável de assistência, pouca eficiência nos serviços prestados, o que acaba por legitimar um tipo subordinado de cidadania, ou até mesmo a ausência pura e simples de cidadania. Portanto, os indivíduos têm uma gama muito restrita de escolhas em relação aos códigos que ordenam tanto a sociedade como o Estado, ficando completamente à mercê das políticas estatais. Criam, desse modo, uma quase que completa dependência do Estado, já que, na maior parte das vezes, não podem contar com os seus recursos pessoais exacerbadamente escassos para escapar da situação de pobreza e de exclusão.

Nesse sentido, acredita-se que a cooperação entre os indivíduos além de compensar grandemente os problemas de fragmentação, auxilia na obtenção de melhores informações, assim como na equalização da representação e na educação dos cidadãos. Logo, os cidadãos tornam-se mais participativos na condução das atividades públicas.

Em consonância com essa ideia, cabe trazer as ideias de Demo (2003), o qual pontua que para superar essas situações de adversidades e submissão, é necessário que haja politicidade, ou seja, a população necessita pensar e intervir, no sentido de alcançar níveis crescentes de autonomia individual e coletiva, constituindo-se em sujeito, negando-se a ser objeto de pressões externas. Assim, de acordo com o autor,

Ser político é aquele que sabe planejar e planejar-se, fazer e fazer-se oportunidade, constituir-se sujeito e reconstruir-se de modo permanente pela vida afora, conceber fins e ajustar meios para os atingir, exercer sua liberdade e sobretudo lutar contra quem queira limitar, gestar-se cidadão capaz de história própria, aprender de modo reconstrutivo político (DEMO, 2003, p.30).

Na visão de Demo (2003), o cerne mais duro da pobreza é político pois, além das carências materiais, o problema maior está no fato de o indivíduo não ter autonomia. Conseqüentemente, lhe é negado não só o acesso aos bens materiais básicos, mas principalmente a autonomia emancipatória.



Na atual conjuntura, cabe elucidar que as classes subalternas, ao invés de se unirem para lutar por uma qualidade de vida melhor, acabam, de certo modo, “liquidando-se” a si mesmas, preocupadas obsessivamente com a mera sobrevivência. Associada a isso, aparece a dimensão da vulnerabilidade, expressa, de forma genérica, por pouca longevidade, escassez de acesso aos recursos privados e públicos e carência de educação básica.

Desse modo, a pobreza política revela, ao lado da materialidade, sempre implicada, a depredação qualitativa da sociedade, a qual é, muitas vezes, coibida de tornar-se sujeito consciente e organizada de seu destino. Pode-se dizer que a falta de consciência política, a debilidade associativa, a falta de participação e militância, estão diretamente relacionadas à pobreza política.

Vale destacar também que o cenário atual, ampliado pelo capitalismo, de extrema desconfiança e ceticismo contribui para a desestruturação das relações sociais. Na visão de alguns autores, essa situação pode ser superada através do empoderamento societário dos cidadãos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das elucidações explicitadas no decorrer do artigo pode-se concluir que a globalização é um processo complexo que causa inúmeras transformações no âmbito da sociedade, tendo como enfoque principal no texto, a esfera econômica sustentada pelo neoliberalismo. Esse processo gera uma nova forma de exclusão provocada pela situação de desemprego estrutural, o qual causa uma disjunção entre “as classes perigosas” e as “classes laboriosas”. Tal exclusão está ligada à eliminação crescente do emprego, pois produz contingentes populacionais economicamente desnecessários, que se tornam cada vez mais pobres, todavia, cada vez mais necessitados de serem incluídos como beneficiários das políticas sociais.

Vale destacar que esse processo toma forma a partir do final do século XX, com os complexos processos de globalização e reestruturação econômica que ocasionaram diversas mudanças nas sociedades, comunidades e famílias. É necessário compreender como consequências centrais deste conjunto de transformações econômicas a extensão com que as classes dominantes se conectam ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que são



desenvolvidas novas desigualdades sociais, diferenças salariais mais acentuadas, além de pobreza e miséria em todas as sociedades, bem como a contínua restrição de cidadania.

A ideologia neoliberal prioriza a vitória individual a qualquer preço e o que realmente importa é o momento presente, rápido e fugaz baseado em uma sociedade de consumo. Tal situação vem ao encontro do crescimento da pobreza e da desigualdade social, que tem sido uma das consequências mais sérias do modo neoliberal de regular a economia e a sociedade.

No campo da proteção social, a novidade introduzida foi a parceria entre estado, mercado e sociedade (...) o estado vem abrindo mão de seu protagonismo como provedor social, tornando cada vez mais focalizadas as políticas sociais públicas, enquanto o mercado ocupa-se em privilegiar o bem-estar ocupacional que protege apenas quem tem emprego estável e bem remunerado

Dessa maneira, todas essas informações permitem presumir que é extremamente necessário romper com alguns padrões existentes na sociedade para que o problema da desigualdade seja solucionado. A implementação de políticas sociais é de grande relevância para que a população brasileira possa exercer a sua cidadania.

Sendo assim, o que se conclui, que as desigualdades, juntamente com a pobreza e a exclusão são os maiores desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira. Apesar de na Constituição estar garantido os direitos políticos e civis dos cidadãos brasileiros, tais direitos não são suficientes para impedir a exclusão, é preciso que também sejam desenvolvidas políticas redistributivas que não contemplem apenas a esfera econômica, mas abarquem ao mesmo tempo a estabilidade no âmbito político e social, investindo, dessa forma, em processos que facilitem a participação dos indivíduos no mercado de trabalho, no acesso a ativos produtivos e serviços sociais e na melhoria de capital humano e social por meio da educação, da organização social e da participação social ativa, que fortaleça a cidadania.

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Vitoria de Mesquita. **A cidadania ativa** –Referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.

BOSCHETTI, Ivanete (ORG). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.



BORÓN, Atílio A. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**-Uma Crônica do Salário. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

DEMO, Pedro. **Pobreza da Pobreza**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2003.

FLEURY, Sonia. **Democracia, Descentralização e Desenvolvimento: Brasil e Espanha**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GACITUÁ- Marió; WOOLCOCK, Michael (orgs). **Exclusão Social e Mobilidade no Brasil**. Brasília: IPEA: Banco Mundial, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IANNI, Octávio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos ricos: O outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

POTYARA, Amazoneida. Pereira Pereira. **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SADER, E; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra; 1998.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Nova Ordem Global: As relações Internacionais do Século 20 (Quarta Parte)**. Porto Alegre, UFRGS, 1996.